

## **PORTARIA Nº 516 DE 25 DE NOVEMBRO DE 1992**

(Publicada no Diário Oficial de 26/11/1992)

Esta Portaria foi editada para vigorar por prazo determinado conforme previsto no seu art. 1º.

A Portaria nº 65/93, com efeitos a partir de 27/02/93, admite o pagamento de juros e multas, sem penalidades, referente à 2ª parcela do ICMS, relativo aos fatos geradores ocorridos no mês de 12/92.

**O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições,

### **RESOLVE**

**Art. 1º** Os contribuintes varejistas, regularmente inscritos no Cadastro do Contribuinte do ICMS do Estado da Bahia, poderão, mediante pedido dirigido à autoridade fazendária do seu domicílio fiscal, optar pelo pagamento do imposto referente às operações ou prestações realizadas no mês de dezembro de 1992 em duas parcelas mensais e consecutivas, a saber:

**I** - a primeira parcela, no montante de 50%, deverá ser recolhida até o dia 09/01/93;

**II** - a segunda parcela, referente ao saldo remanescente, deverá ser recolhida até dia 20/02/93.

**Art. 2º** Excluem-se do disposto neste artigo os contribuintes dos seguintes Códigos de Atividades Econômicas:

**I** - 61.11-1 - comércio varejista de automóveis, caminhões, utensílios, barcos, tratores, máquinas de terraplanagem e semelhantes (concessionárias);

**II** - 61.21-8 - comércio varejista de produtos farmacêuticos, plantas medicinais, artigos de perfumarias e outros produtos químicos;

**III** - 61.30-7 - supermercados;

**IV** - 61.31-5 - lojas de departamentos e magazines.

**Art. 3º** A parcela indicada no inciso II do art. 1º será atualizada monetariamente, na data do seu pagamento, na forma do § 7º do art. 117 do RICMS.

**Art. 4º** Constatando-se a regularidade e o cabimento do pedido, o órgão competente visará os respectivos documentos de arrecadação, independente de outras formalidades, autorizando o recolhimento nos prazos fixados nesta Portaria.

**Art. 5º** O inadimplemento do contribuinte, deixando de recolher quaisquer das parcelas do seu débito nos prazos estabelecidos nesta Portaria, ensejará a aplicação da regra expressa no art. 107 e seu parágrafo único do RPAF aprovado pelo Decreto nº 28.596, de 30 de dezembro de 1981.

**Art. 6º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA**, em 25 de novembro de 1992.

**RODOLPHO TOURINHO**  
Secretário